

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
---	----------------------	-----------------

Grupo I

- 1) Como são tributadas as permutas de bens imóveis?
 - a) Em IMT, pela diferença entre os respectivos valores patrimoniais tributários;
 - b) Em IMT, pelos respectivos valores patrimoniais tributários;
 - c) Em IMT, pela diferença declarada de valores, quando superior à diferença entre os valores patrimoniais tributários;
 - d) Em IMT, pelos valores declarados na escritura.

- 2) Caducará a isenção de IMT aplicável a aquisições de prédios para revenda se:
 - a) No exercício anterior não tiver sido feita nenhuma aquisição de prédios para revenda;
 - b) Os prédios não forem revendidos no prazo de cinco anos a contar da data de aquisição;
 - c) Os prédios forem arrendados dentro de um prazo de três anos a contar da data de aquisição;
 - d) Os prédios não forem revendidos no prazo de três anos a contar da data de aquisição ou o forem novamente para revenda.

- 3) A D. Josefa doou um apartamento a um seu sobrinho.
 - a) A transmissão é tributada em IMT;
 - b) A transmissão é tributada em IMI;
 - c) A transmissão é tributada em imposto do selo;
 - d) Não há lugar a qualquer tributação.

- 4) O IVA é um imposto:
 - a) Sobre o património;
 - b) Sobre consumos específicos;
 - c) Sobre o rendimento;
 - d) Nenhuma das respostas anteriores.

- 5) Qual o tratamento em IVA do trespasse de um estabelecimento em favor de um sujeito passivo?
 - a) Transmissão de bens isenta de IVA;
 - b) Transmissão de bens não sujeita a IVA;
 - c) Prestação de serviços sujeita a IVA;
 - d) Prestação de serviços não sujeita a IVA.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
--	----------------------	-----------------

- 6) Qual a afirmação que considera correcta:
- a) As operações gratuitas nunca são tributadas em IVA;
 - b) As operações gratuitas nunca são tributadas no Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias (RITI);
 - c) Por vezes, as operações gratuitas são tributadas em IVA;
 - d) Só as doações, é que não são tributadas em IVA.
- 7) A sociedade X tem um consultor que lhe passou um recibo no montante de 15 000 euros sem liquidar IVA, indicando que se encontra isento ao abrigo do artigo 53.º do Código do IVA. É possível?
- a) Não, porque o volume de negócios para efeitos da isenção é menor;
 - b) Sim, a isenção mantém-se sempre durante cinco anos, independentemente do volume de negócios;
 - c) Sim, caso não tenha decorrido o prazo para entrega da declaração de alterações;
 - d) Não, o consultor deveria ter começado imediatamente a liquidar IVA após ter ultrapassado o volume de negócios previsto no artigo 53.º do Código do IVA.
- 8) Manuel, advogado sujeito passivo de IVA, utiliza exclusivamente o seu carro para fins profissionais. Pode deduzir o IVA da gasolina?
- a) Sim porque é de utilização exclusiva em fins profissionais;
 - b) Sim, porque as despesas de gasolina sempre são dedutíveis;
 - c) Sim, poderá deduzir 50%;
 - d) Não, porque neste caso as despesas de gasolina nunca são dedutíveis.
- 9) O que entende por isenção incompleta, simples ou parcial?
- a) São as isenções de que beneficiam os sujeitos passivos mistos;
 - b) São isenções que conferem, por vezes, direito à dedução do IVA;
 - c) São isenções que conferem o direito à dedução do IVA suportado;
 - d) São isenções que não conferem o direito à dedução do IVA suportado.
- 10) Qual a afirmação que considera mais correcta:
- a) Em IVA as exportações e as aquisições intracomunitárias de bens estão, regra geral, isentas;
 - b) Em IVA as exportações e as transmissões intracomunitárias de bens estão, regra geral, isentas;
 - c) Em IVA as transmissões intracomunitárias de bens e as aquisições intracomunitárias de bens estão, regra geral, isentas;
 - d) Em IVA as exportações e as importações de bens estão, regra geral, isentas.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
---	----------------------	-----------------

11) O englobamento de rendimentos em IRS:

- a) É sempre obrigatório;
- b) É a regra, mas em algumas situações não é obrigatório, sendo sempre permitido;
- c) É a regra, mas em algumas situações não é obrigatório, e em outras nem sequer é permitido;
- d) Apenas excepcionalmente é obrigatório.

12) Uma determinada sociedade celebrou um contrato de aluguer de longa duração de uma viatura destinada ao director financeiro, mesmo para fins particulares.

- a) A utilização da viatura pelo director financeiro constitui para este um rendimento do trabalho dependente;
- b) A utilização da viatura pelo director financeiro tem o tratamento de uma despesa confidencial;
- c) A utilização da viatura pelo director financeiro apenas constituirá para este um rendimento do trabalho dependente se existir acordo escrito entre o trabalhador e a sociedade sobre a imputação àquele da viatura;
- d) A utilização da viatura pelo director financeiro nunca poderá constituir para este um rendimento do trabalho dependente.

13) Relativamente a pessoas singulares titulares de rendimentos da categoria B:

- a) Têm obrigatoriamente que dispor de contabilidade organizada;
- b) Têm obrigatoriamente que dispor de contabilidade organizada, embora possa não ser utilizada para efeitos de tributação;
- c) Nunca são obrigadas a dispor de contabilidade organizada;
- d) Apenas em determinadas circunstâncias são obrigadas a dispor de contabilidade organizada.

14) Os pagamentos por conta em IRS:

- a) Apenas estão previstos para rendimentos da categoria B;
- b) Apenas estão previstos para rendimentos das categorias B e G;
- c) Apenas estão previstos para rendimentos da categoria B qualificáveis como rendimentos empresariais;
- d) Apenas estão previstos para rendimentos da categoria B qualificáveis como rendimentos profissionais.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
--	----------------------	-----------------

- 15) As vendas de acções por pessoas singulares residentes dão origem a rendimentos:
- Tributados em IRS a uma taxa especial de 10%, com opção pelo englobamento;
 - Tributados em IRS a uma taxa especial de 10%, a menos que as acções tenham sido adquiridas antes da entrada em vigor do Código do IRS;
 - Tributados em IRS a uma taxa especial de 10%, com opção pelo englobamento, a menos que sejam detidas por mais de 12 meses;
 - Tributados em IRS por englobamento com os demais rendimentos, a menos que sejam detidas por mais de 12 meses.
- 16) As despesas de saúde dos sujeitos passivos de IRS e do seu agregado familiar:
- São dedutíveis ao rendimento, dentro de determinados limites;
 - São deduções específicas aos rendimentos do trabalho dependente;
 - São dedutíveis à colecta, dentro de determinados limites;
 - São dedutíveis à colecta, sem qualquer limitação;
- 17) Uma sociedade unipessoal cujo único sócio é um técnico oficial de contas e tendo por objecto social a prestação de serviços de contabilidade:
- É sujeito passivo de IRS, tributado neste imposto na categoria B de rendimentos;
 - É sujeito passivo de IRC, embora sujeito ao regime de transparência fiscal, imputando-se ao sócio a matéria colectável apurada na esfera da sociedade;
 - É sujeito passivo de IRC, sujeito ao regime geral de tributação em sede de IRC;
 - Está sujeita ao regime de transparência fiscal, tal como todas as sociedades unipessoais.
- 18) Uma sociedade alienou em Agosto de 2003, pelo preço de € 250 000, acções representativas de 20% do capital de outra sociedade que havia adquirido em Junho de 2002 pelo preço de € 200 000. O valor de realização foi em Outubro de 2003 reinvestido na sua totalidade em quotas de uma sociedade comercial. As quotas foram alienadas em Novembro de 2003.
- A mais-valia obtida na operação:
- Não beneficia do regime do reinvestimento, pois este não é aplicável às mais-valias mobiliárias;
 - É tributada em apenas 50% do seu valor, uma vez que a empresa reinvestiu a totalidade do valor de realização na aquisição de outros bens do activo imobilizado financeiro;
 - É incluída no lucro tributável em 1/5 do seu valor durante 5 anos;
 - É tributada na totalidade, pois não foram respeitados todos os requisitos exigidos no regime do reinvestimento relativamente aos bens em que tal reinvestimento se concretizou.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
---	----------------------	-----------------

- 19) A transformação de uma sociedade por quotas em sociedade anónima implica:
- a) A determinação em separado do lucro tributável anterior à transformação e do lucro tributável posterior a esta;
 - b) A possibilidade de deduzir os prejuízos apurados em exercícios anteriores ao da transformação nos lucros tributáveis apurados após a transformação, até ao fim do sexto exercício posterior ao da transformação;
 - c) A alteração do regime fiscal que vinha sendo aplicado quando ocorra dissolução da sociedade transformada;
 - d) Não implica qualquer alteração do regime fiscal que vinha sendo aplicado, nem determina quaisquer consequências em sede de IRC, sendo contudo considerada como data de aquisição das participações sociais resultantes da transformação da sociedade em sociedade anónima a data da aquisição das quotas que lhes deram origem.
- 20) As sociedades comerciais e demais entidades que exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial industrial ou agrícola, bem como as não residentes com estabelecimento estável:
- a) Estão dispensadas de efectuar pagamentos por conta quando o imposto do exercício de referência for inferior ao salário mínimo nacional mais elevado;
 - b) Devem por regra efectuar três pagamentos por conta, com vencimento nos meses de Julho, Setembro e Dezembro do próprio ano a que respeita o lucro tributável e, sempre que nos termos do Código do IRC adoptem um período de tributação diferente do ano civil, nos 7.º, 9.º e 12.º meses do respectivo período de tributação.
 - c) Estão dispensadas de efectuar os pagamentos por conta e o pagamento especial por conta se estiverem abrangidas pelo regime simplificado de determinação do lucro tributável;
 - d) Estão sempre obrigadas a efectuar os três pagamentos por conta ainda que verifiquem após o segundo pagamento por conta que este é superior ao montante do imposto que será devido com base na matéria colectável do exercício.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
---	----------------------	-----------------

Grupo II

21) Uma empresa adquiriu um edifício fabril em Julho de 2005 pelo preço de € 800 000, tendo ainda pago IMT no montante de € 52 000 e suportado € 28 000 com a escritura e o registo.

Qual a reintegração ou amortização máxima que é possível praticar em 2005?

- a) € 40 000;
- b) € 44 000;
- c) € 88 000;
- d) € 33 000.

22) Um sujeito passivo de IRS integrado no regime simplificado teve em 2004 os seguintes proveitos:

Vendas de produtos € 90 000

Prestações de serviços € 40 000

A variação de produção (positiva) foi no mesmo ano de € 10 000.

- a) O rendimento tributável foi de € 44 000, dando origem a um IRS de € 8 800;
- b) O rendimento tributável foi de € 50 500, dando origem a um IRS de € 10 100;
- c) O rendimento tributável foi de € 44 000, a englobar no rendimento do seu titular;
- d) O rendimento tributável foi de € 50 500, a englobar no rendimento do seu titular.

23) O Sr. Alberto Mota vendeu, por € 99 000, em Outubro de 2005, 18 000 acções da Sociedade Jota, S.A., que adquiriu nas seguintes datas:

Data	N.º de acções	Forma de aquisição	Desembolso total
Jan/1999	10 000	Compra	78 000
Fev/2005	2 000	Aumento de capital em numerário	18 000
Jul/2005	6 000	Aumento de capital por incorporação de reservas	-

Apurou, para efeitos de IRS:

- a) Uma mais-valia de 3 000;
- b) Uma mais-valia de 26 000;
- c) Uma menos-valia de 1 500;
- d) Uma menos-valia de 18 000.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
---	----------------------	-----------------

24) Durante o ano de 2005, o Sr. António Magalhães beneficiou das seguintes transferências bancárias relativas a lucros distribuídos pelas seguintes sociedades (que praticaram as retenções na fonte que eram devidas):

Sociedades	Valor creditado
Sociedade Comercial do Norte, Lda.	€ 2 550
Sociedade Alfa, S.A. (1)	€ 3 400
Sociedade de Profissionais Jota, Lda. (2)	€ 6 800

- (1) Os dividendos desta sociedade não têm quaisquer benefícios fiscais
(2) Esta sociedade está abrangida pelo regime de transparência fiscal

Deverá englobar no seu rendimento para efeitos de IRS do exercício de 2005, a título de rendimento de capitais, a quantia de:

- a) € 7 000;
b) € 6 900;
c) € 6 375;
d) € 3 500.

25) Uma máquina foi adquirida em 2002 por € 100 000, tendo vindo desde então a ser reintegrada pelo método das quotas degressivas. A taxa máxima prevista para a máquina nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, é de 20%.

Qual a quota de reintegração ou amortização do exercício de 2005?

- a) € 20 000;
b) € 14 400;
c) € 10 800;
d) € 12 000.

26) A Sociedade Soriscos, Lda. procedeu em 31.12.2005 ao reforço do ajustamento de dívidas a receber para 100% de um crédito sobre o cliente Manuel Ribeiro.

O crédito, de valor nominal de € 18 000, venceu-se em 15.03.2004 e foi provisionado em 25% no fim de 2004.

No quadro 07 da declaração modelo 22 do IRC do exercício de 2005 há que:

- a) Acrescer € 7 000;
b) Acrescer € 6 900;
c) Deduzir € 6 375;
d) Deduzir € 3 500.

Exame de Fiscalidade Portuguesa <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	11/Março/2006	VERSÃO A
--	----------------------	-----------------

27) A Sociedade Perdiganha, Lda., enquadrada no regime geral de tributação em IRC, apurou desde a data da sua constituição os seguintes resultados fiscais, representando os valores entre parêntesis prejuízos fiscais, e lucros tributáveis os restantes (em euros):

1998	(184 000)	2002	85 000
1999	43 000	2003	(40 000)
2000	62 500	2004	15 000
2001	(31 500)		

Supondo que em 2005 apurou um lucro tributável de € 150 000, qual o montante de prejuízos fiscais que poderá deduzir a esse lucro?

- a) € 40 000;
- b) € 50 000;
- c) € 25 000;
- d) € 71 500.

28) A Sociedade Alfa, Lda. recebeu em 2005 da Sociedade Beta, SGPS, S.A., em cujo capital tem uma participação de 5%, dividendos no montante de € 680 (líquidos de retenções obrigatórias).

Por força do regime aplicável em termos de dupla tributação económica dos lucros distribuídos, qual a dedução que irá fazer no quadro 07 da declaração modelo 22 do IRC relativamente a esses dividendos?

- a) 680;
- b) 340;
- c) 800;
- d) 400.